

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS  
RUA AFONSO PENA Nº 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.  
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO INICIAL nº 469/2021

PROCESSO 188/2021 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 108/2021

#### I - EMENTA

Direito administrativo. Contratação. Inexigibilidade de Licitação. Contratação de empresa especializada em Tecnologia da Informação para implementação de melhorias da estrutura do Web Site do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS.

#### II– DOS FATOS

Trata o presente de consulta elaborada pelo Setor de licitações, que requer a elaboração de parecer jurídico relativo à regularidade do processo de inexigibilidade de licitação, visando à contratação de **HUNER TI COLABORATIVA LTDA** para serviços de implementação de melhorias da estrutura do Web Site do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS.

#### III- RELATÓRIO

Versam os presentes autos sobre a inexigibilidade de licitação nº108/2021, cujo objeto é contratação serviços de tecnologia da informação para implementação de melhorias da estrutura do Web Site do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS.

Constam desse processo administrativo, dentre outros, os seguintes documentos:

- 01) Solicitação de materiais e/ou execução de obras/serviços – evento 02.
- 02) Parecer Contábil - evento 03
- 03) Autorização para abertura de processo administrativo de licitação – evento 04
- 04) Ato de Consórcio- evento 05
- 05) Proposta Huner e documentos – evento 06
- 06) termo de referência – evento 07
- 07) Ata de Reunião de Abertura e Julgamento de Processo Licitatório – evento 08
- 09) Solicitação de Parecer Jurídico – evento 09

É o relatório.

#### IV– DO PARECER

Os autos vieram à análise desse órgão jurídico com vistas ao exame da regularidade do ato de inexigibilidade de licitação.

Oportuno ressaltar, inicialmente, que o presente exame jurídico considera exclusivamente os elementos constantes nos autos do processo administrativo em análise, e tem natureza estritamente jurídica, sem imiscuir-se na conveniência e na oportunidade dos atos administrativos praticados pelo CONIMS.

O presente processo administrativo trata da contratação de **HUNER TI COLABORATIVA LTDA** para serviços de tecnologia da informação para implementação de melhorias da estrutura do Web Site do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS.

Em justificativa de evento 07, consta que a Empresa **HUNER TI COLABORATIVA LTDA** é a desenvolvedora e detentora do Web site, com acesso ao banco de dados e sua estrutura, os quais necessitam ser aprimorados em razão do aumento de dados a serem disponibilizados no site, especialmente em virtude do dever de transparência pública e implantação do sistema de processos eletrônicos, do que se afirmou o caráter exclusivo desta contratação, alertando-se quanto à cautela de se evitar valores abusivos.

Sobre os aspectos de legalidade que autorizam a presente inexigibilidade, tem-se que a inexigibilidade de licitação é exceção à regra para a Administração Pública, na forma do art. 25 da lei 8.666/93:

*Art. 25. É inexigível a licitação quando houver **inviabilidade de competição**, em especial: (grifos nossos).*

A doutrina pátria também trata dos casos em que a lei autoriza a inexigibilidade da licitação, vejamos o posicionamento José Maria Pinheiro Madeira e Cleyson de Moraes Mello:

*“A licitação está sujeita a outros fatores que não exclusivamente a vontade estatal. O contrato administrativo caracteriza uma vontade correspondente da Administração Pública e do Setor Privado. A partir do ato convocatório a Administração pública sai de ação e espera de receber opções da iniciativa privada, para que possa, deste modo, escolher a alternativa que melhor atenda ao interesse público.*

*A licitação é inviável quando:*

- não há correspondência entre o interesse público e o interesse privado;*
- **não há mais de uma alternativa que atenda o objeto contratual pretendido pela Administração;***
- houver contratação por todos, uma das formas de pré-qualificação. (Madeira, José Maria Pinheiro – Lei n. 8.666/93/José Maria Pinheiro Madeira, Cleyson de Moraes Mello. – Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 214, pg.551)”. (grifos nossos)*

## V – CONCLUSÃO

Diante do exposto, s.m.j., com base nas razões de fato e de direito narradas, esse parecerista se manifesta pelo prosseguimento do feito com a contratação, por inexigibilidade de licitação, da empresa habilitada.

Pato Branco, 16 de dezembro de 2021.

**Maria Cecília Soares Vannucchi**  
OAB/PR 35.313